

AEGEA DESENVOLVIMENTO S.A.

CNPJ nº 32.064.970/0001-47

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)							
Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	25	5	Fornecedores		8	44
Aplicações financeiras	5	12.959	–	Obrigações trabalhistas e sociais	8	736	667
Debêntures privadas partes relacionadas	6	139.969	721	Obrigações fiscais		75	80
Tributos a recuperar		2.516	2.374	Juros sobre capital próprio a pagar	6	6.329	3.403
Outros créditos		305	305	Imposto de renda e contribuição social	12 a.	131	143
Total do ativo circulante		155.774	3.405	Total do passivo circulante		7.279	4.337
Contas correntes a receber de partes relacionadas	6	14.164	111	Provisão para perda de investimentos	7	105	29
Debêntures privadas partes relacionadas	6	–	160.922	Contas correntes a pagar para partes relacionadas	6	–	6.054
Ativo fiscal diferido	12 b.	220	196	Provisões		17	–
Depósitos judiciais		234	234	Total do passivo não circulante		122	6.083
Total do realizável a longo prazo		14.618	161.463	Total do passivo		7.401	10.420
Investimentos	7	31.617	31.606	Patrimônio líquido	9		
Intangível		20	20	Capital social		178.000	178.000
Total do ativo não circulante		46.255	193.089	Reservas de lucros		16.628	8.074
Total do ativo		202.029	196.494	Total do patrimônio líquido		194.628	186.074
				Total do passivo e patrimônio líquido		202.029	196.494

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional
A Aegea Desenvolvimento S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada no município de São Paulo - SP, constituída em 06 de novembro de 2018. A Companhia tem como objeto social a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia ou acionista, bem como atividades de consultoria e assessoria empresarial, gerenciamento, intermediação comercial e de negócios, comercialização de produtos e atividades relacionadas a saneamento básico.

2. Base de preparação

a) **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). A Companhia é a controladora direta da Ambiental Crato Concessionária de Saneamento SPE S.A. No entanto, não apresenta demonstrações financeiras consolidadas, pois sua controladora, a Aegea Saneamento e Participações S.A., já as apresenta. Essa ausência está em conformidade com os requisitos do item 4 do CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas. A emissão das demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2025. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Companhia na sua gestão.

b) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto se indicado de outra forma. c) **Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente, quando aplicável. As informações sobre julgamentos relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2024 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nos seguintes itens: • Definição de vida útil do ativo intangível; • Reconhecimento de ativos fiscais diferidos (nota explicativa nº 12); d) **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.

3. Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis materiais descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) **Investimentos:** Nas demonstrações financeiras da Companhia, os resultados do exercício das controladas são reconhecidos através do método de equivalência patrimonial. Para cálculo de equivalência patrimonial são utilizadas as informações contábeis das controladas na mesma data-base de apresentação das demonstrações financeiras. b) **Redução ao valor recuperável (impairment):** (i) **Ativos financeiros não derivativos:** *Instrumentos financeiros e ativos contratuais:* A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que a contraparte pague integralmente suas obrigações de crédito. *Ativos financeiros com problemas de recuperação:* Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

• Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso para cada período dentro da sua categoria; • Reestruturação de um valor devido em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte, ou seja, quando não há expectativa de recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. (ii) **Ativos não financeiros:** Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto estoques, ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação é realizado o teste de redução ao valor recuperável do ativo. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa ("UGC"), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos de alienação. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. c) **Benefícios a empregados:** (i) **Benefício de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tiver uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (ii) **Benefício pós emprego - Planos de saúde:** A Companhia oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia é coparticipadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Companhia são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuário independente. d) **Provisões:** Uma provisão é reconhecida se, em função de um evento passado, a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Caso uma divulgação possa prejudicar seriamente a posição do Grupo, essa informação não é divulgada. e) **Tributos:** (i) **Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para Imposto de Renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. Além disso, consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. **Tributo corrente:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente é o imposto a pagar esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. **Tributo diferido:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício diferidos são reconhecidos tendo como base os prejuízos fiscais, a base negativa da Contribuição Social e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e aos valores utilizados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social descritas acima, compreendem o Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos que são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou aos itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Exposições fiscais: Na determinação do Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de Imposto de Renda tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para Imposto de Renda no

passivo está adequada com relação a todos os exercícios fiscais em aberto, baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levariam a Companhia a mudar os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente. Tais alterações impactarão a despesa com Imposto de Renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais. f) **Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. (i) **Reconhecimento e mensuração inicial:** **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios utilizado para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado ou mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou passivos financeiros ao custo amortizado, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. (ii) **Mensuração subsequente:** **Ativos financeiros:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. São apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Passivos financeiros:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros da Companhia são classificados na seguinte categoria: • Passivos financeiros ao custo amortizado: Após o reconhecimento inicial são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. (iii) **Desreconhecimento:** **Ativos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: • Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou • A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações retidos pela Companhia. **Passivos financeiros:** Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. (iv) **Compensação:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, ou seja, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. (v) **Hierarquia do valor justo:** Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração; • Nível 2 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. (vi) **Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras e debêntures privadas. As despesas financeiras abrangem impostos sobre receitas financeiras (PIS/COFINS). g) **Determinação do valor justo:** Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas aquele ativo ou passivo. h) **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações que são válidas para exercícios anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão vigentes. **Alterações no CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1):** As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias, tais como: • Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. i) **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Despesas administrativas e gerais	10	(1.080)	(822)
Outras receitas operacionais		1	2
Resultado de equivalência patrimonial	7	23	(259)
Resultado antes do resultado financeiro e tributos		(1.056)	(1.079)
Receitas financeiras	11	18.193	24.878
Despesas financeiras	11	(847)	(1.185)
Resultado financeiro		16.290	23.693
Resultado antes dos tributos		16.290	22.614
Imposto de renda e contribuição social correntes	12 a.	(4.230)	(5.320)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12 a.	24	(188)
Lucro líquido do exercício		12.084	17.106

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	12.084	17.106
Resultado abrangente total	12.084	17.106

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Legal	Reserva de Lucros		Total
			Retenção de lucros	Lucros acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2023	200.000	325	4.643	–	204.968
Lucro líquido do exercício	–	–	–	17.106	17.106
Redução de capital social	(22.000)	–	–	–	(22.000)
Destinação:					
Reserva legal	9 b.	–	855	–	(855)
Dividendos intermediários	9 c.	–	–	(4.641)	–
Dividendos intercalares	9 c.	–	–	–	(3.039)
Juros sobre capital próprio	9 c.	–	–	–	(6.320)
Lucros retidos	9 d.	–	–	6.892	(6.892)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	178.000	1.180	6.894	–	186.074
Lucro líquido do exercício	–	–	–	12.084	12.084
Perda de diluição de participação societária em controladas	–	–	(88)	–	(88)
Destinação:					
Reserva Legal	9 b.	–	604	–	(604)
Juros sobre capital próprio	9 c.	–	–	–	(3.442)
Lucros retidos	9 d.	–	–	8.038	(8.038)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	178.000	1.784	14.844	–	194.628

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos		16.290	22.614
Ajustes para:			
Provisões para riscos trabalhistas	10	17	–
Rendimento sobre aplicações financeiras e debêntures privadas	11	(18.000)	(24.684)
Resultado de equivalência patrimonial	7	(23)	259
		(1.716)	(1.811)
Variações nos ativos e passivos (Aumento)/Diminuição dos ativos			
Tributos a recuperar	865	1.650	–
Outros créditos	–	–	(5)
Aumento/(Diminuição) dos passivos			
Fornecedores	(36)	3	–
Obrigações trabalhistas e sociais	69	7	–
Obrigações fiscais	(521)	(983)	–
Imposto de renda e contribuição social pagos	12 a.	(2.308)	(4.287)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades operacionais		(3.647)	(5.426)
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aplicações financeiras e debêntures privadas, líquidas		9.018	39.554
Juros recebidos		14.756	15.236
Aporte de capital em controladas		–	(30.307)
Contas correntes líquida - partes relacionadas		(20.107)	14.079
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento		3.667	38.562
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Redução de capital social		–	(22.000)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		–	(11.196)
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de financiamento		–	(33.196)
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		20	(60)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	4	5	65
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	4	25	5
Aumento (Redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa		20	(60)

interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • CPC 26 (R1): Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras; • CPC 36 (R3): Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações; • Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, em Controlada e Empreendimento Controlado em Conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial; • Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Contábeis Internacionais.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Bancos conta movimento	25	5
5. Aplicações financeiras		
Modalidade	2024	2023
Fundo de Investimento Safira	12.959	–

A rentabilidade média das aplicações financeiras é de 104,55% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI em 31 de dezembro de 2024 (100,27% do CDI em 31 de dezembro de 2023). A carteira do fundo de investimento, onde a Companhia detém cotas, corresponde a aplicações em outros fundos de investimento multimercado de crédito privado, não exclusivos. O fundo é registrado junto à CVM. A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 13 - Instrumentos financeiros.

6. Transações com partes relacionadas

Controladora: A controladora final da Companhia é a Arcos Saneamento e Participações S.A. e a controladora direta é a Aegea Saneamento e Participações S.A., que detém 100% das ações que representam o seu capital social. **Outras transações com partes relacionadas:** Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquelas datas, relativas às operações com partes relacionadas, decorrerem de transações com acionistas, e ou companhias a eles relacionadas e companhias do mesmo grupo econômico, e tais transações são realizadas de acordo com as condições acordadas entre as partes. As operações efetuadas durante os exercícios são demonstradas no quadro a seguir:

	2024	2023
Ativo circulante		
Debêntures privadas partes relacionadas		
Aegea Saneamento e Participações S.A. (b)	139.969	721
Ativo não circulante		
Contas correntes a receber de partes relacionadas		

→ continuação

AEGEA DESENVOLVIMENTO S.A. - CNPJ nº 32.064.970/0001-47

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais)

b) Composição dos investimentos:

	Capital Social	Participação	Total do ativo das controladas	Total do passivo das controladas	Resultado das controladas	Patrimônio líquido de investidas em		Investimento em
						31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	
Crato	32.788	100%	49.613	19.129	140	30.484	30.484	30.484
Fundo Guaíba	3.000	40%	2.701	134	(101)	2.835	1.133	1.133
								31.617
								Investimento em 31 de dezembro de 2023
Crato	32.788	100%	37.950	(7.606)	(284)	30.344	30.344	30.344
Fundo Guaíba	3.000	40%	2.994	161	231	3.155	1.262	1.262
								31.606

c) Movimentação dos investimentos em controladas:

	Capital Social	Participação	Total do ativo das controladas	Total do passivo das controladas	Resultado das controladas	Patrimônio líquido de investidas em		Investimento em
						31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	
Crato			30.344	140	—	30.484	30.484	30.484
Fundo Guaíba			1.262	(41)	(88)	1.133	1.133	1.133
			31.606	99	(88)	31.617	31.617	31.617
								Investimento em 31 de dezembro de 2022
Crato			321	(284)	30.307	30.344	30.344	30.344
Fundo Guaíba			1.169	93	—	1.262	1.262	1.262
			1.490	(191)	30.307	31.606	31.606	31.606

d) Composição da provisão para perda do investimento em controladas:

	Capital Social	Participação	Total do ativo das controladas	Total do passivo das controladas	Resultado das controladas	Patrimônio líquido de investidas em		Provisão para perda em investimentos em
						31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	
Fundo Santense	1.000	20%	21	(547)	(379)	526	(105)	(105)
								Valor do investimento em 31 de dezembro de 2024
								Provisão para perda em investimentos em 31 de dezembro de 2023
Fundo Santense	1.000	20%	24	(170)	(339)	(146)	(29)	(29)
								Valor do investimento em 31 de dezembro de 2023
								Investimento em 31 de dezembro de 2023
Fundo Santense			(29)	(76)	(105)	(105)	(105)	(105)
			(29)	(76)	(105)	(105)	(105)	(105)
								Investimento em 31 de dezembro de 2022
Fundo Santense			39	(68)	(29)	(29)	(29)	(29)
			39	(68)	(29)	(29)	(29)	(29)

8. Obrigações trabalhistas e sociais

	2024	2023
Participação nos lucros	631	84
Provisão de férias	57	49
Encargos sociais	48	534
	736	667

9. Patrimônio líquido

a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social integralizado é de R\$ 178.000 e está representado por 200.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o acionista e o respectivo percentual de participação estão assim apresentados:

	100,00%
Aegea Saneamento e Participações S.A.	100,00%

b) Reserva legal: É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), até o limite de 20% do capital social. c) Dividendos e juros sobre capital próprio: Os acionistas terão direito a receber, em cada exercício social, um dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal. Os requerimentos relativos aos dividendos mínimos obrigatórios, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 foram atendidos conforme o quadro abaixo:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	12.084	17.106
(-) Constituição da reserva legal	(604)	(855)
Lucro líquido ajustado	11.480	16.251
Dividendo mínimo obrigatório - 25% sobre o lucro líquido ajustado	2.870	4.063
Dividendos e juros sobre o capital próprio destinados no exercício		
Dividendos e juros sobre o capital próprio destinados do resultado do exercício	3.442	9.359
Dividendos destinados do resultado de exercícios anteriores	—	4.641
	3.442	14.000

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia destinou juros sobre capital próprio no montante de R\$ 3.442 (R\$ 6.320 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023), sendo R\$ 2.926 (R\$ 5.372 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023), líquidos do imposto de renda retido na fonte. d) Reserva de retenção de lucros: A Companhia, nos termos do art. 196 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), propôs retenção, conforme orçamento de capital, da parcela do lucro excedente a constituição da reserva legal e distribuição de dividendos, que estará à disposição para destinação e aprovação na próxima AGO - Assembleia Geral Ordinária.

10. Despesas por natureza

	2024	2023
Pessoal	(864)	(650)
Serviços de terceiros	(53)	(59)
Publicidade e Propaganda	(20)	(50)
Impostos, taxas e contribuições	(23)	(13)
Provisões para riscos trabalhistas	(17)	—
Outras despesas	(103)	(50)
	(1.080)	(822)

11. Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas		
Rendimentos de aplicações financeiras e debêntures privadas	18.000	24.684
Outras receitas financeiras	193	194
Receitas financeiras	18.193	24.878
Despesas		
Impostos sobre receita financeira (PIS/COFINS)	(846)	(1.157)
Despesas com IOF	—	(27)
Despesas e comissões bancárias	(1)	(1)
Despesas financeiras	(847)	(1.185)
Resultado financeiro	17.346	23.693

12. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL)

a) Imposto de renda e contribuição social correntes: A conciliação do IRPJ e da CSLL, calculados pelas alíquotas previstas na legislação tributária, com os seus valores

correspondentes na demonstração de resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, está apresentada como segue:

	2024	2023
Resultado antes dos tributos	16.290	22.614
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(5.539)	(7.689)
Resultado de equivalência patrimonial	8	(88)
Reversões indedutíveis	32	50
Juros sobre o capital próprio	1.170	2.149
Doações Lei Rouanet e Caráter desportivo	98	46
Outras diferenças permanentes	25	24
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(4.230)	(5.320)
Diferido	24	(188)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(4.206)	(5.508)
Alíquota efetiva	26%	24%
Movimentação do imposto de renda e contribuição social pagos	2024	2023
Total do imposto de renda e contribuição social corrente apurados	(4.230)	(5.320)
Saldos pagos referente a anos anteriores	(143)	(141)
Itens que não afetaram o caixa (ver composição a seguir)	2.065	1.174
Total do IRPJ e CSLL pagos conforme demonstração do fluxo de caixa	(2.308)	(4.287)
Transações que afetaram o imposto, mas não envolveram caixa:		
Compensações referente a retenções na fonte	1.934	1.031
Imposto de renda e contribuição social a pagar	131	143
Total	2.065	1.174

b) Composição e movimentação dos impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de contas do resultado e seus respectivos registros contábeis pelo regime de competência. O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte origem:

	2023	Resultado	2024
Provisão para participação nos lucros	196	18	214
Provisão para contingências	—	6	6
Ativo fiscal diferido	196	24	220
	2022	Resultado	2023
Provisão para participação nos lucros	195	1	196
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	189	(189)	—
Ativo fiscal diferido	384	(188)	196

13. Instrumentos financeiros

Visão Geral: A Companhia está exposta aos seguintes riscos: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia sobre cada um dos riscos acima, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e do capital da Companhia. Estrutura de gerenciamento de risco: A Companhia tem a responsabilidade pelo estabelecimento e acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco e os gestores de cada área se reportam regularmente a Companhia sobre as suas atividades. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas de risco e sistemas são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. Risco de crédito: Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das aplicações financeiras e debêntures. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima ao risco de crédito como segue:

	Nota	2024	2023
Bancos conta movimento	4	25	5
Aplicações financeiras	5	12.959	—
Debêntures privadas partes relacionadas	6	139.969	161.643
		152.953	161.643

Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações nos vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Adicionalmente, são analisados periodicamente mecanismos e ferramentas que permitam captar recursos de forma a reverter posições que poderiam prejudicar a liquidez da Companhia. O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e refletem o fluxo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2024:

	2024		
	Valor contábil	Fluxo financeiro projetado (incluindo juros)	Até 12 meses
Passivos			
Fornecedores	8	8	8
Juros sobre capital próprio a pagar	6.329	6.329	6.329
	6.337	6.337	6.337

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes. Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações nos preços de mercado - tais como as taxas de juros - tem nos ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno. • Risco de taxa de juros: A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras e debêntures privadas partes relacionadas. Na data das demonstrações financeiras da Companhia, o perfil dos instrumentos financeiros expostos a taxa de juros era:

	Instrumentos de taxa variável	
	2024	2023
Ativos financeiros		
Aplicações financeiras	12.959	—
Debêntures privadas partes relacionadas	139.969	161.643
	152.928	161.643

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Companhia adotou para o cenário provável para os próximos 12 meses as mesmas taxas utilizadas na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente para os próximos 12 meses, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente para os próximos 12 meses, das taxas no cenário provável. A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado e no patrimônio líquido na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição Patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva a.a. em 2024					
			I Pro-vável	II 25%	III 50%	IV -25%	V -50%	
1- Ativos financeiros								
Aplicações financeiras	12.959	Variação do CDI	12,15%	1.575	1.969	2.363	1.181	788
Debêntures privadas partes relacionadas	139.969	Variação do CDI	12,15%	17.006	21.258	25.509	12.755	8.503
1 + 2 -								
Exposição líquida	152.928			18.581	23.227	27.872	13.936	9.291

Gerenciamento do capital: A Companhia procura manter um equilíbrio entre risco, retorno e liquidez na gestão de capital de giro, cujas aplicações financeiras de curto prazo estão atreladas a fundos de investimentos de liquidez imediata. Classificação e valor justo dos instrumentos financeiros: No quadro a seguir, apresentamos os valores contábeis e justos, bem como a classificação e a hierarquia dos instrumentos financeiros.

Ativo	Nota	Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	Valor contábil		Valor Justo	
				2024	2023	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	amortizado	Custo	—	25	5	25
Aplicações financeiras	5	justo por meio do resultado	Nível 2	12.959	—	12.959	—
Debêntures privadas partes relacionadas	6	amortizado	Custo	—	139.969	161.643	139.969
Total Passivo				6.337	152.953	161.648	152.953
Fornecedores		amortizado	Custo	—	8	44	8
Juros sobre capital próprio a pagar	6	amortizado	Custo	—	6.329	3.403	6.329
Contas correntes a pagar para partes relacionadas	6	amortizado	Custo	—	—	6.054	—
Total				6.337	9.501	6.337	9.501

Para estas operações a Companhia considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do vencimento dessas operações.

14. Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e atividades estão sujeitas às regulamentações ambientais. A Companhia busca minimizar os riscos associados com assuntos ambientais, através de procedimentos operacionais e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão adicional para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

DIRETORIA

André Pires de Oliveira Dias
Diretor Presidente

Yaroslav Memrava Neto
Diretor Executivo

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 22 de março de 2024, sem modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos

evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

São Paulo, 25 de março de 2025

Márcio Serpe